

**Artigo 30** - O Conselheiro que for eleito Diretor do Condomínio deverá licenciarse do Conselho Consultivo pelo tempo que exercer o cargo de Diretor.

**Artigo 31** - O Conselheiro eleito que, durante o ano civil, não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas, sem justificação-escrita, ou a 06 (seis) reuniões não consecutivas, mesmo que justifique suas falhas, perderá automaticamente o mandato. A justificação deverá ser feita até 10 (dez) dias após a respectiva reunião.

**Parágrafo Único:** O comparecimento do Conselheiro às reuniões será comprovado por meio de assinatura no livro de presença ou em lista apropriada.

**Artigo 32** - Será inelegível, durante 4 (quatro) anos, o conselheiro que perder o mandato, nos termos do artigo anterior.

**Artigo 33** - Compete ao Presidente do Conselho ou, na ausência, ao seu substituto determinar a expedição de editais e circulares de convocação do Conselho, indicando a pauta da reunião que, depois de divulgada será, salvo nova divulgação, imutável e conterá sempre um item final para assuntos gerais, não passíveis de votação.

**Parágrafo Primeiro:** A convocação dos conselheiros deverá ser feita com 5 dias de antecedência. Poderá ela ser feita por carta ou por qualquer outro meio que comprove a correta expedição, inclusive eletrônica. No caso de carta, deverá ser registrada ou protocolada.

**Parágrafo Segundo:** O endereço físico e eletrônico para receber a correspondência, já que serão consideradas como válidas as expedidas em conformidade com os dados constantes no cadastro do Condomínio.

**Parágrafo Terceiro:** As convocações serão, também, afixadas na portaria do Condomínio, com a antecedência prevista no parágrafo primeiro.

**Artigo 34** - As reuniões de Conselho Consultivo serão abertas em primeira convocação com a presença de todos os Conselheiros e, em segunda convocação, trinta minutos após a hora fixada no edital, com, no mínimo, a metade do número de vagas no Conselho.

**Parágrafo Primeiro:** A seu critério, poderá o Conselho funcionar em sessão permanente, respeitando, para as deliberações, a presença mínima prevista nesta Convenção.

**Parágrafo Segundo:** O Síndico poderá intervir na discussão, sem direito a voto, ou designar um representante para prestar esclarecimentos sobre a matéria em discussão.

